

(83) 3208-3303 / 3208-3306

2ª CÂMARA

PROCESSO TC 20661/20

Origem: Paraíba Previdência - PBPREV

Natureza: Atos de pessoal – pensão vitalícia Beneficiário(a): Alzira Maria de Souza Flor

Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. Pensão

vitalícia. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Concessão de registro ao ato.

ACÓRDÃO AC2 – TC 01305/23

RELATÓRIO

- 1. Origem: Paraíba Previdência PBPREV.
- 2. Beneficiário(a):
 - 2.1. Nome: Alzira Maria de Souza Flor.
- 3. Servidor(a) falecido(a):
 - 3.1. Nome: João Flor Neto.
 - 3.2. Cargo: Auxiliar de Serviço.
 - 3.3. Matrícula: 111.717-3.
 - 3.4. Lotação: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.
- 4. Caracterização da pensão (Portaria P 490/2020):
 - 4.1. Natureza: pensão vitalícia proventos integrais.
 - 4.2. Autoridade responsável: José Antonio Coêlho Cavalcanti Presidente da(o) PBPREV.
 - 4.3. Data do ato: 28 de setembro de 2020.
 - 4.4. Publicação do ato: Diário Oficial do Estado, de 07 de outubro de 2020.
 - 4.5. Valor: R\$1.090,41.
- **5. Relatório:** Em relatório inicial (fls. 40/44), a Auditoria observou as ausências de: **(1)** documento referente ao ato de provimento no cargo de referência da pensão; **(2)** documentos pessoais do servidor, como documento de identificação com foto e CPF; e **(3)** assinatura da pensionista no requerimento do benefício. Notificado, o Gestor apresentou defesa (fls. 51/54), não acatada pela Auditoria (fls. 61/63). O Ministério Público de Contas, através do Procurador Marcílio Toscano Franca Filho (fls. 66/69), opinou pela fixação de prazo à PBPREV para apresentar os documentos.
- 6. Agendamento para a presente sessão, sem intimações.

@ tce.pb.gov.br (83) 3208-3303 / 3208-3306

2ª CÂMARA

PROCESSO TC 20661/20

VOTO DO RELATOR

A dilação processual pode ser evitada. É certo que os documentos reclamados pela Auditoria constam de normativos deste Tribunal de Contas, como de apresentação obrigatória. Contudo, mesmo sem a forma adequada, em outros elementos dos autos é possível observar, em substância, os requisitos necessários ao reconhecimento da legalidade da fruição do benefício.

Sobre o **(1) documento referente ao ato de provimento no cargo de referência da pensão**, à fl. 06 consta CERTIDÃO da Secretaria de Estado da Adminsitração atestando a data de ingresso e a forma de provimento por concurso no cargo de referência da pensão, e ainda lhe atribuindo aeficácia de segunda via de portaria:



Governo de Estado da Paraíba Secretaria de Estado da Administração Diretoria Executiva de Recursos Humanos Gerência Executiva de Cadastro Funcional



CERTIDÃO

Certifico que examinando a ficha de registro individual do servidor JOÃO FLOR NETO, matrícula nº 111.717-3, foi nomeado, através de Concurso Público, no cargo efetivo de Auxiliar de Serviço, com lotação na Secretaria da Educação, conforme Ato do Governador, publicado no DOE de 01/03/1988. Relotação, ex-ofício, para a Secretaria da Educação e Cultura, conforme o Decreto 20.973/2000, publicado no DOE de 31/03/2000. A presente Certidão equivale a 2º via de Portaria, requerida através do Processo nº 20025217-8/2020, que, sendo a expressão da verdade, vai por mim, reconhecida e assinada.

João Pessoa, 02 de setembro de 2020.

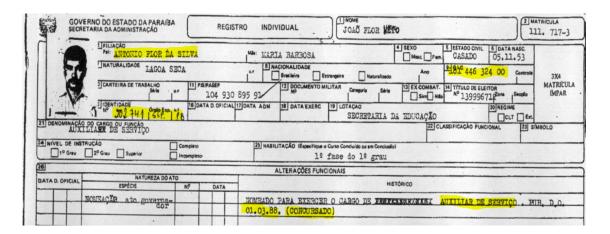
Maria Lucia Furtado Leite Gerente Executiva Maria 184.187-4

@ tce.pb.gov.br (\$\)(83) 3208-3303 / 3208-3306

2ª CÂMARA

PROCESSO TC 20661/20

Quanto aos **(2) documentos pessoais do servidor, como documento de identificação com foto e CPF**, no seu Registro Individual à fl. 11, advindo da Secretaria de Estado da Administração, estão registrados nome, RG, CIC (CPF), foto e outras informações em reforço à certidão mencionada no item anterior:



Tangente à **(3) assinatura da pensionista no requerimento do benefício**, é válido rememorar haver sido o procedimento deflagrado na PBPREV em 28/08/2020 (protocolo à fl. 2):



Naquele tempo, a pandemia do COVID-19 imperava, inclusive com atos restritivos à circulação de pessoas, em que os requerimentos ocorriam até mesmo por e-mail.

No Processo TC 03464/17 (fl. 89), o Ministério Público de Contas, através da Procuradora Elvira Samara Pereira de Oliveira, observou não ser obstáculo ao reconhecimento do direito ao benefício a simples pendência de subscrição no requerimento.

2ª CÂMARA

PROCESSO TC 20661/20

No mais, à fl. 30 consta a Certidão de Óbito do instituidor da pensão, Senhor JOÃO FLOR NETO, onde consta a informação de que deixou esposa, e na fl. 32 está a Certidão de Casamento atestando ser a Senhora ALZIRA MARIA DE SOUZA FLOR sua esposa, bem como está à fl. 29 o comprovante de implantação do benefício:

	DUM'NI I			/	prevident
CPF	Certic	CA FEDERATIVA DO BRAS IVIL DAS PESSOAS NATU DÃO DE ÓBITO DAO FLOR NETO	TRAIS	Parak	FLOT
		181.446.324-00			
SEXO MISSCHING NATURALIDADE	BRANCA	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇA	0. 66 ands	OR	
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA	goa Seca-FB 4 e MARIA BARBOSA. Residis na(o)	RG: 202741 Örgác: SSP; UF: PB; Da emissão RUA PROFESSOR MAURO LUNA, 1126. C	IVAL	O INFORMA	
DATA E HORA DE FALEC CINCO de agosto de dois ro LOCAL DO FALECIMENT	ii e vinle - 67:13		01A	MES -	ANO 2020
CAUSA DA MORTE	PALMEIRA no municipio de C	ampina Grande-PB			
CAUSA NÃO DETERMINAD					
CEMITERIO DE JENIPAP	CAO	PB CARANTE LUCIANA DE SOUZA FLOR SEV residente e donicilode. RUA PRO Campina Granda PB	LUCIANA DE SOUZA FLOR SILVA. Estadente, RG nº 7467968 SSP-P8		
	CUMENTO DO MEDICO QUE AT				



@ tce.pb.gov.br (83) 3208-3303 / 3208-3306

2ª CÂMARA

PROCESSO TC 20661/20



Como se observa, a documentação dos autos já possibilita reconhecer a legalidade do deferimento do benefício à Senhora ALZIRA MARIA DE SOUZA FLOR, que hoje se encontra com 72 anos de idade, conforme seus documentos pessoais de fls. 33/35.

Ante o exposto, atestada a regularidade dos demais atos do procedimento em relatório da Auditoria e no parecer oral do Ministério Público, o Relator VOTA pela legalidade do ato de deferimento do beneficio e do cálculo de seu valor, bem como pela concessão do respectivo registro.

@ tce.pb.gov.br (83) 3208-3303 / 3208-3306

2ª CÂMARA

PROCESSO TC 20661/20

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 20661/20**, **ACORDAM** os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ªCAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator, em **CONCEDER** registro à pensão vitalícia com proventos integrais do(a) Senhor(a) ALZIRA MARIA DE SOUZA FLOR (**Portaria - P - 490/2020**), beneficiário(a) do(a) servidor(a) falecido(a), Senhor(a) JOÃO FLOR NETO, Auxiliar de Serviço, matrícula 111.717-3, lotado na Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, em face da legalidade do ato de concessão e do cálculo do respectivo valor (fls. 22/23).

Registre-se e publique-se.

TCE – Sessão Presencial e Remota da 2ª Câmara.

João Pessoa (PB), 06 de junho de 2023.

Assinado 6 de Junho de 2023 às 17:04



Cons. André Carlo Torres Pontes PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 7 de Junho de 2023 às 07:28



Elvira Samara Pereira de Oliveira MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO